

Água e azeite: políticas afirmativas e a democracia racial no Brasil

Natália Neris da Silva Santos¹

Segundo um dos modelos teóricos do processo de formulação de políticas públicas², temos que a inclusão de um assunto na agenda governamental passa necessariamente pela transição de sua percepção como questão (uma situação social percebida) para o *status* de problema (aquele que configura-se como uma situação que deva necessariamente sofrer uma intervenção).

No caso dos assuntos relacionados à raça no Brasil temos uma concepção de modelo de nação³ que em muito dificulta essa transição qual seja: a democracia racial.

Mas o que vem a ser democracia racial? Qual sua origem? Por que a concepção de tal modelo, como defendo, dificulta a adoção de políticas afirmativas no Brasil?

De acordo com George Andrews (1997), democracia racial pode ser entendida como a idéia fortemente aceita de que diferentes grupos étnicos (negros, mulatos e brancos) vivem em condições de igualdade jurídica, e, em grande medida social.

Segundo Antonio Sérgio Guimarães (2006) o termo foi utilizado pela primeira vez por Arthur Ramos ainda na década de 1940, e tratava-se da livre interpretação das idéias de Gilberto Freyre em sua obra reconhecidamente inovadora “Casa Grande e Senzala”.

No contexto do surgimento dessa obra encontrávamo-nos fortemente influenciados por teorias racialistas surgidas na Europa e, portanto num verdadeiro dilema ou problemática: Dada às concepções das teorias como o Darwinismo Social e Racismo Científico o que seria do povo brasileiro?

Nesse momento, conforme relata Renato Ortiz (1985), o ideário de nação parecia ser uma meta, um alvo a ser alcançado por meio de

¹ Graduanda de Gestão de Políticas Públicas - EACH/USP- Escola de Artes, Ciências e Humanidades/Universidade de São Paulo

² Utilizo-me do Modelo de Multiple Streams desenvolvido por John Kingdon em sua obra *Agendas, Alternatives and Public Policies* (2003).

³ Termo cunhado por Célia Marinho em apresentação no 30º Congresso da ANPOCS, em 2006.

mecanismos como o embaquecimento da população via incentivo de políticas imigratórias.

A inovação da obra de Gilberto Freyre rompe com esse paradigma: não iríamos formar uma nação européia e branca nas Américas: já “tínhamos um povo”, um povo dotado de características específicas, diferenciadas, marcado pela miscigenação, num verdadeiro paraíso racial, marcado pela ausência de uma “linha de cor”.

Esse ideário de uma nação livre da discriminação e preconceito foi transformado num compromisso político e democrático segundo Guimarães.

Embora tenhamos que alguns militantes já na década de 1940 denunciavam a democracia racial como uma falácia:

“(...) ‘e nesta nação de mestiços, são somente os negros que têm a coragem de denunciar o racismo’. Como consequência, ‘continuamos a acreditar piamente na mentira sentimental de que, no Brasil, não existe preconceito’” (Correia Leite, 1947 apud Andrews, 1997)

será somente a partir dos estudos elaborados por Florestan Fernandes e Roger Bastide, na década de 1950, no qual se pretendia colocar o Brasil ante as nações como um exemplo a ser seguido, que a concepção de paraíso racial começa a ser denunciada como um mito, “*um mito criado pela maioria e tendo em vista interesses sociais dessa maioria.*” (Fernandes, 1972).

Para reverter esse quadro Fernandes defendia que

“Seria preciso que ele [o ideal de democracia racial] caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder” (Fernandes, 1972 apud Guimarães, 2002).

Tem-se após esse período o início de um ciclo de denúncias contra a veracidade das relações harmônicas encontradas no Brasil, na academia e na militância, no entanto, o legado da democracia racial já se fazia sentir em nossa realidade social.

Segundo Kabengele Munanga (1996) a democracia racial possui duas “sustentações”: o silêncio, que

“não permite aos membros das comunidades oprimidas tomar consciência (...), pois a partir do momento que você não aparece à luz do dia e tudo é escondido, você não possibilita nem sequer a tomada de consciência do outro”.

E esse sentido nem identifica-se o racista e nem há a auto-identificação de si mesmo. E a mestiçagem que ajudou no processo de construção do mito e que teve, segundo, o autor a função de dividir as vítimas do racismo⁴.

Juliet Hooker (2006) tributa a menor proporção de políticas direcionadas ao negro em relação ao grupo indígena exatamente por esse

⁴ Argumento defendido pelo Professor Dr. Kabengele Munanga no documentário “Café com leite (água e azeite?)”

motivo: a inexistência da posse de uma identidade cultural de grupo.

Essa concepção da mistura de raças e, portanto da inexistência do racismo encontra-se fortemente arraigada no seio da sociedade brasileira. A despeito dessa questão podemos citar como exemplo as falas de alguns estudantes de uma universidade particular de São Paulo⁵ no qual observamos um enaltecimento da mistura de raças e a defesa da inexistência do racismo por conta disso:

“Eu tenho avós negros e tenho muito orgulho. Então nós não temos que discutir esse negócio de raça...É uma mistura louca...eu acho lindo! Tenho orgulho de ser brasileira.”

“Para mim não faz muita diferença ser negro ser branco **eu me acho morena**. Meu pai é branco do cabelo duro, meu avô loiro do olho azul e minha avó é negra. Por parte de mãe meus avós são negros do olho claro. Então é uma mistura muito grande não dá pra saber se minha família é branca ou negra. É uma mistura muito grande.” (Grifo meu)

Ora, se a mestiçagem não permite identificar quem é quem nesse “paraíso racial” as estruturas de poder são mantidas, e dado que as oportunidades são iguais, o negro será responsabilizado por sua possível não ascensão:

“Aqui ninguém é racista, quer dizer, antigamente era pior, agora não... Enquanto eles **não pararem com essa mania de se sentir inferiores** nada vai acontecer eu acho que tem que partir deles isso.” (Grifo meu)

“Eu acho que o Brasil não tem uma dívida com índio, negro, com ninguém. Eu sou descendente de italiano, tipo (sic) minha avó era escrava onde ela trabalhava e se alguém teve uma dívida não é a gente que tem pagar hoje mais de 100 anos depois...”

“Por que vocês negros aceitam séculos de tapa na cara e abaixam a cabeça? Por que **só agora vocês se revelaram**? Há séculos tomando na cara... Por que vocês não fazem alguma coisa pra si próprios, para cultura de vocês, pra raça de vocês? Por que não impõem respeito à raça de vocês?” (Grifo meu)

Esses argumentos, no qual notamos o preconceito implícito em cada fala, e principalmente o desconhecimento dos fatos históricos tais como a resistência do negro, desde que esse foi trazido ao nosso país, na realidade é o retrato da opinião de grande parte da população brasileira.

A transformação da questão racial em problema racial parece difícil ante esse quadro, porém, segundo a teoria do modelo de formulação a que me referi no início do texto demonstra que essa “passagem” pode se dar a partir de alguns mecanismos dentre eles: indicadores, eventos crises e símbolos. (Kingdon, 2003).

⁵ Falas do documentário “Café com leite (água e azeite?)”

Entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos sobre relações raciais no Brasil tornaram-se ainda mais críticos.⁶ A academia brasileira passa a elaborar estudos quantitativos a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), ainda na década de 1970, e principalmente a partir da década de 1990, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao governo brasileiro passa a divulgar pesquisas sobre desigualdades raciais no Brasil trazendo assim o assunto desigualdade para a discussão não somente para os meios acadêmicos, mas também para a sociedade civil.

Eventos como as lutas por direitos civis, as lutas por independência na África também influenciaram fortemente a militância negra que há tempos lutava pelo fim do mito da democracia racial. Tais influências estiveram presentes no discurso da geração de militantes desse período, que no ano de 1978, fundam o Movimento Negro Unificado.

O MNU, no contexto de redemocratização do país vai aos poucos “ganhando espaço”, e através de atos e passeatas, sendo a mais expressiva, àquela ocorrida no ano de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi, conseguiram expor suas demandas, que versavam principalmente sobre a urgência e necessidade de reparação, ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, que após admitir a existência do racismo no Brasil, se propõe a elaborar políticas públicas e no ano seguinte convoca um Seminário no qual estavam presentes estudiosos americanos e brasileiros para discutir a possibilidade de adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil.⁷

Outro evento importante para o diálogo da militância – sociedade – academia sobre as relações raciais no Brasil foi a Conferência de Durban no início dos anos 2000.

Responsável pela “globalização do Movimento Negro” segundo Edward Telles (2003), esse acontecimento impulsionou o governo brasileiro para além de discutir, formular políticas, e desde o início da presente década temos assistido ao surgimento de órgãos governamentais tais como a SEPPIR (Secretária de Promoção de Políticas da Igualdade Racial) e conselhos em muitos Estados brasileiros cuja responsabilidade é implementar políticas públicas.

Indicadores que comprovam numericamente a situação de desvantagem do negro em vários aspectos, símbolos como passeatas e atos, eventos como o Seminário Internacional, a criação de órgãos governamentais. Esses fatos têm colaborado de maneira substancial para que haja uma discussão na sociedade sobre a temática racial como em nenhum momento na história brasileira.

Diante do exposto, observamos que embora ainda encontremos em nossa sociedade através do discurso não só de estudantes de uma faculdade

⁶ Como exemplo tem-se os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva

⁷ Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos.

de elite, mas também da grande imprensa e na academia o legado da ideologia da democracia racial, pode-se afirmar que nas últimas décadas a questão racial tem sim ganhado o *status* de problema.

A desconstrução do mito tem se dado de maneira mais célere. A abertura da discussão propiciou, por exemplo, a iniciativa de alguns órgãos como as Universidades públicas em adotar políticas de cotas raciais em seus vestibulares (82 instituições no Brasil, sendo que dessas, 58 adotam políticas afirmativas de cunho étnico-racial, segundo dados do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro)⁸.

Tendo em vista que há muitas outras políticas de ação afirmativas ainda em discussão, podemos concluir afirmando que sua efetiva implementação passa necessariamente pela admissão/reconhecimento de um problema, e que este fato não pode ocorrer enquanto ainda se crê que a harmonia no campo das relações sociais seja suficiente para propiciar a ascensão do segmento negro na esfera econômica.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Araújo Amílcar. Histórias do movimento negro no Brasil Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

ANDREWS, George. O protesto político negro em São Paulo – 1888- 1988, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, 1991.

FERNANDES, Florestan, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1965, 1o. volume.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos São Paulo, 1972.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973

GUIMARÃES, A. S. A.. Democracia racial Disponível em www.fflch.usp.br/sociologia/asaq/Democracia%20racial.pdf Acesso em 05/05/2009.

HASENBALG, Carlo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979

HOOKER, Juliet. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina. *Tempo soc.*, nov. 2006, vol.18, no.2, p.89-111.

KINGDON, John W. Agendas, alternatives and public policies. 2ª Ed. Addison – Wesley Educational Publishers Inc., 2003

⁸ Mapa disponível em http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/documentos/mapa_das_acoes_afirmativas.pdf

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado, Lilia Schwarcz e Renato Queiroz (eds.) *Raça e Diversidade*, Edusp, 1996.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do séc. XIX, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, Ed. Brasiliense, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 1999 55:83-96.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul.

Tempo soc., nov. 2006, vol.18, no.2, p.131-165.

TELLES, Edward. Racismo à Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 2003.

TELLES, Edward and BAILEY, Stanley. Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos. *Opinião Pública* 8:30-39, 2002

THEODORO, Mário (org.), JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SERGEI, Soares. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília : Ipea, 2008

Documentário Café com leite (água e azeite?) Direção, produção, roteiro: Guiomar Ramos. Co-produção: Tatu Filmes Edição: Márcio Perez. 30 min., 2007